

Raízes

v.37, n.2, jul-dez/2017

AGRICULTURA EMPRESARIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: LUTAS SIMBÓLICAS E NEGAÇÃO DOS DIREITOS¹

Regina Bruno

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre os mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso dos representantes dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais quando dirigidos aos povos e comunidades tradicionais. Busco identificar a natureza de seus argumentos e perceber como as “diferenças fundamentais” (Gramsci, 1972) se exprimem na linguagem dessas elites e de seus porta-vozes. De uma perspectiva mais geral, procuro mostrar que, como parte do processo de constituição do agronegócio, a ampliação da representação e a diversificação de interesses em comum entre grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais organicamente constituídos incidem diretamente no modo como eles atuam junto aos seus adversários, em especial diante da luta dos povos indígenas e comunidades tradicionais e seus aliados e na produção de uma linguagem de classe orientada por três grandes argumentos, que se complementam e são acionados dependendo da conjuntura: (1) a desqualificação dos adversários e de seus aliados; (2) a concepção de que as críticas a eles endereçadas são preconceituosas, falsas e equivocadas; e (3) o discurso produtivista e apologético do agronegócio.

Palavras-chave: Agricultura Empresarial; Dominação Simbólica; Povos e Comunidades Tradicionais.

ENTREPRENEURIAL AGRICULTURE, PEOPLES AND TRADITIONAL COMMUNITIES: SYMBOLIC STRUGGLES AND VIOLATION OF RIGHTS

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on the mechanisms of symbolic domination present in the discourse of the representatives of the great landowners and agroindustrial entrepreneurs when addressed to the traditional peoples and communities. I seek to identify the nature of their arguments and to see how “fundamental differences” (Gramsci, 1972) express themselves in the language of these elites and their spokesmen. From a more general perspective, I try to show that, as part of the process of agribusiness formation, the expansion of representation and the diversification of common interests between large landowners, rural producers and organically constituted agroindustrial entrepreneurs is directly related to the way in which they operate with its adversaries, especially in the face of the struggle of indigenous peoples and traditional communities and their allies, and in the production of a class language guided by three great arguments that complement each other and are triggered depending on the conjuncture: (1) the disqualification of opponents and their allies; (2) the conception of the critiques addressed to them as biased, false and misleading; and (3) the productivist and apologetic discourse of agribusiness.

Keywords: Entrepreneurial Agriculture; Symbolic Domination; Traditional Peoples and Communities.

1 O artigo é a sistematização revisada de minha apresentação na mesa redonda sobre “Dinâmicas da Intervenção do Estado e da Agricultura Empresarial e Formas de Expropriação de Modos de Vida Tradicionais” no VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em Natal (RN), em 2016. Aproveito a oportunidade de publicação desse artigo para agradecer a Annagesse Feitosa, Daniel Borges (Unirio), Emilia Jomalinis, Jessica Vicente, Joice Bonfim, Orlando Aleixo Junior e Nívea Almeida, alunos e alunas da disciplina IH-1514. Organização, Política e Poder- CPDA/UFRRJ, pelo diálogo que mantivemos e as leituras que partilhamos no decorrer da elaboração deste texto.

Mesmo quando repousa sobre a força nua e crua, a das armas ou a do dinheiro, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Pierre Bourdieu. *Meditações Pascalianas*.

INTRODUÇÃO

Grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais no Brasil têm em comum a eleição de povos indígenas e comunidades tradicionais² como principais adversários. “São os não esperados”, afirmam as lideranças da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); “são os indesejáveis, os inimigos da classe”, anunciam os parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), mais conhecida como “Bancada Ruralista” do Congresso Nacional; “pessoas desclassificadas”, avaliam os porta-vozes da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e do cooperativismo empresarial, personalizado pela Organização Brasileira do Cooperativismo (OCB); “é gente miúda, insignificante”, dizem os presidentes das associações por produto e multiproduto que se constituíram nas últimas décadas juntamente com o processo de modernização da agricultura.

Ou seja, povos e comunidades tradicionais são considerados “adversários da classe” pois suas reivindicações vão de encontro ao projeto do agronegócio e porque conseguiram transformar suas identidades e tradições em bandeiras de luta política capazes de mobilizá-los em torno de seus interesses e da luta por direitos. Grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agropecuários têm em comum o não reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais. Estes só são vistos como sujeitos de direitos quando sua condição de povo e de comunidade atende aos interesses patronais rurais e agroindustriais.

O objetivo deste artigo é refletir sobre os mecanismos de dominação simbólica presentes no discurso dos representantes dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais quando dirigidos a povos e comunidades tradicionais. Busco identificar a natureza de seus argumentos e perceber como as “diferenças fundamentais” (Gramsci, 1972) se exprimem na linguagem dessas elites e de seus porta-vozes.

De uma perspectiva mais ampla, procuro mostrar que, como parte do processo de constituição do agronegócio, o aumento da representação e da diversificação de interesses em comum entre grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais organicamente constituídos incide diretamente no modo como eles atuam junto a seus adversários, em especial diante da luta dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e seus aliados. Este processo se dá por meio da produção de uma linguagem de classe orientada por três grandes falas e argumentos, que se complementam e são acionados de acordo com a conjuntura: a desqualificação dos adversários e de seus aliados; o argumento de que as críticas a eles endereçadas são preconceituosas, falsas e equivocadas e o discurso produtivista e apologético do agronegócio.

O projeto do agronegócio, ideologicamente assentado nos supostos da alternativa única, da garantia do lucro e da promessa de um futuro promissor, ampliou a união entre produtores rurais, grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, que são economicamente diversificados. Não são apenas alianças entre frações e classes, grupos e setores, e sim uma união “organicamente” (Gramsci, 1972) construída em torno de um projeto expresso na consigna “Agro é tudo”. E o que se vê é a diversificação e ampliação de reivindicações e de bandeiras

2 São considerados povos e comunidades tradicionais: povos indígenas quilombolas, faxinais, povos de cultura cigana, catadores de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, caiçaras, pescadores artesanais, marisqueiros, pomeranos, comunidade de fundo de pasto, caatingueiros, sertanejos, varjeiros açorianos, praiheiros, castanheiros, seringueiros, entre outros. Ver <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>

ras de luta unificadora de práticas que vêm se somar a antigas bandeiras. Uma união construída na defesa do monopólio da terra e da concentração fundiária, na violência física e simbólica, na ideia da tradição como sinônimo de atraso, quando reivindicada pelos povos e comunidades tradicionais; no suposto da incapacidade desses grupos de apreender um padrão tecnológico considerado sofisticado e moderno; no olhar elitista orientado pela visão de superioridade e uns e da inferioridade de outros.

Procuro também mostrar que a força ideológica da linguagem do agronegócio orientado pela maior rentabilidade e pela garantia de lucro dificulta perceber outra retórica – ela também constitutiva do agronegócio – elitista e excludente, que objetiva desqualificar povos e comunidades tradicionais e deslegitimar quem os apoia.

O artigo encontra-se dividido em três itens, além da introdução e das considerações finais. O primeiro item, intitulado *desqualificar para fragilizar politicamente o adversário*, apresenta os argumentos das elites rurais e agroindustriais para despolitizar povos e comunidades tradicionais, transformar suas reivindicações em pedidos, desfazer o espírito de grupo, culpabilizá-los, apresentá-los como expressão do atraso e do fracasso: os “sem condição”, os que simbolizam “tudo o que não presta”.

No segundo item, *Mentiras, falsidades e preconceitos*, veremos como os grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais e seus porta-vozes reagem diante das críticas que lhes são endereçadas acionando uma série de argumentos justificadores de suas práticas. Ora recorrem à ideia do falso e do verdadeiro ou ao argumento de que foi um equívoco, ora afirmam que as críticas são preconceituosas ou argumentam que há alguém querendo prejudicá-los.

Finalmente, o terceiro item, *O dito e o não dito no discurso hegemônico do agronegócio*, expõe os principais traços do discurso hegemônico de grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais. É uma linguagem cuja força ideológica amiúde encobre e dificulta a percepção de outra fala – ela também parte do agronegócio –, desqualificadora, excludente e voltada predominantemente para os povos e comunidades tradicionais, os grupos subalternos e seus mediadores.

Nas considerações finais, chamo a atenção para a presença de um discurso crítico dos povos e populações tradicionais, orientado pela ideia de competência. Ou seja, segundo suas lideranças, os grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários do agronegócio, por serem destruidores do meio ambiente, não teriam competência para falar em nome desses povos e populações.

1. DESQUALIFICAR PARA FRAGILIZAR POLITICAMENTE O ADVERSÁRIO

Diante da mobilização dos povos e das comunidades tradicionais na luta por direitos, o objetivo primeiro do patronato rural e agroindustrial é desqualificar e deslegitimar suas reivindicações e denúncias. Para isso, lançam mão de um conjunto de práticas e argumentos que procura desfazer o espírito de grupo, culpabilizando-os; apresentando-os como expressão do atraso e do fracasso e “sem condição”. Ou, então, afirmar que simbolizam “tudo o que não presta”.

Eles consideram importante esgarçar as relações de sociabilidade para anular a confiança do grupo e fragilizar a união em torno de um objetivo comum, além de culpabilizá-los pelos problemas existentes. Povos e comunidades tradicionais seriam os responsáveis pela degradação do meio ambiente, pelos conflitos existentes, pela insegurança dos grandes proprietários de terra e pela necessidade de defender-se, dentre outros aspectos.

Em segundo lugar, as elites rurais e agroindustriais procuram despolitizar suas reivindicações transformando-as em pedidos, reforçando assim o assistencialismo, a dependência e a tutela. “Vamos aproveitar o espírito de Natal e fazer uma campanha social para ouvir os ribeirinhos e pantaneiros, para assisti-los em suas necessidades”, afirmou Blairo Maggi³, então governador de Mato Grosso, diante das mobilizações ribeirinhas e pantaneiras no estado.

Suas reivindicações, quando não são transformadas em favor, são consideradas pelas elites rurais e agroindustriais “nocivas à segurança nacional”. Dessa perspectiva, a demanda por autonomia é nociva porque “põe em risco a segurança nacional”, resgatando assim a ideia de um inimigo interno, tão cara ao pensamento conservador de Golbery do Couto e Silva, cabeça pensante da “ideologia da segurança nacional” (Dreyfuss, 1981). Seguindo a mesma lógica do risco, as reivindicações dos povos e das comunidades tradicionais são consideradas nocivas pela ABAG sob o argumento de que põem em risco a segurança alimentar e impedem a expansão do agronegócio no país. Ainda segundo a ABAG, haveria um processo de “desorganização social”, sobretudo nas áreas tradicionais, decorrente das reivindicações e das demandas dos povos indígenas.

A retórica patronal também busca convencer a todos que os povos indígenas e comunidades tradicionais simbolizam o “atraso” e o “fracasso”.

São pessoas afeitas a narrativas de fracassos e de desastres. Não percebem a capacidade de superação e da adaptação da sociedade rumo à civilização. Eles querem guerra de tacape, diz Katia Abreu⁴.

São incivilizados e incultos. Querem que a sociedade viva em árvore comendo coquinho, como Adão e Eva, complementa Blairo Maggi⁵.

Em terceiro lugar, os argumentos dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais e de seus porta-vozes ressaltam a incapacidade de povos indígenas e comunidades tradicionais assumirem um projeto e o perigo que eles representam. São “sem condição”, os que “põem em risco”, “os que não conseguem trabalhar visando a qualidade e a lucratividade”, dizem.

No período da Nova República, Roberto Rodrigues, então presidente da OCB, já discorria sobre os “sem condição” ao falar sobre o perfil da estrutura social no campo da segunda metade dos anos de 1970. Dizia ele:

A contraface do vocacionado é o agricultor familiar sem condição, voltado exclusivamente para a produção de subsistência. Sem condição de utilizar a tecnologia que o moderno processo produtivo exige e sem condição de integrar-se. É um grupo social fadado a desaparecer (...) “A única saída são as políticas assistencialistas até que se conclua seu processo de extinção e proletarização (*apud* Bruno, 2016, p. 5).

Por último, povos indígenas e comunidades tradicionais são representados pelas elites rurais e agroindustriais como os que “não prestam”. “Quilombos, índios, gays e lésbicas, tudo o que não presta, está alinhado. É vigarice orquestrada. É baderna!” declara Luiz Carlos Hein-

3 A família é proprietária do grupo Amaggi, um dos maiores da América Latina no ramo de agronegócio. Ele já foi conhecido como o ‘rei da soja’.

4 Segundo o CIMI, os povos indígenas, para conseguir audiência com o governo federal “precisam pôr seus cocares, empunhar seus tacapes, fazer suas danças de guerra e ir mundo afora para se fazer ouvir” <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=4632&page=19>

5 <https://oglobo.globo.com/brasil/blairo-maggi-os-radicais-nos-querem-pendurados-em-arvores-7684349>

ze, deputado gaúcho do Partido Popular (PP-RS)⁶ então presidente da FPA, durante audiência pública realizada em 2013 no município de Vicente Dutra (RS) para discutir a demarcação de terras indígenas. Posteriormente, quando inquirido, Heinze alega que foi “força de expressão”⁷ e que não tem nada contra homossexuais nem contra índios e sim contra algumas lideranças indígenas. Segundo ele, os próprios índios estariam sendo roubados por caciques que arrendam terras para brancos⁸. Entretanto, o modo como argumenta reafirma o preconceito e a desqualificação.

Isso foi força de expressão. O que eu estou dizendo é que lá dentro se aninham essas coisas. Todas as coisas ruins estão ali. Esse tipo de coisa. Não sou contra índio. Defendo os índios e os quilombos, mas em um processo decente. Esses movimentos todos estão ali dentro. Eu não sou contra. Se quer ser bicha, se quer ser lésbica, eu não tenho problema nenhum⁹.

De um modo geral, o discurso patronal sobre povos e comunidades tradicionais lança mão de argumentos que frequentemente se transformam em verdades socialmente reconhecidas como legítimas e muito contribui para uma representação preconceituosa, cruel e desqualificadora dos povos e comunidades tradicionais. Uma retórica que vai de encontro aos códigos que regulam as relações sociais de reconhecimento, à moral, ao respeito e à dignidade do outro, mas que também contribui para a percepção da injustiça e da necessidade de reagir em defesa de seus interesses.

Eles só são considerados cidadãos “como outro qualquer” e sujeitos de direitos quando sua condição de povo e comunidade é proveitosa às elites rurais e agroindustriais. Por exemplo, no debate sobre as regras legais para exploração do subsolo, a liberdade de decidir e o direito de escolha dos povos indígenas são ressaltados pelas elites patronais rurais e agroindustriais.

Não se pode tratar o índio como se fosse um animal irracional, de estimação, um quadro bonito na parede. Ele tem direito à escolha. Ele mora em cima de uma mina riquíssima de diamante e não pode explorar. Os outros podem, mas ele não. Na verdade, a Constituição garante o usufruto exclusivo aos indígenas das riquezas do solo nas terras demarcadas. O que é proibido é a exploração de terceiros sem todas as condicionantes serem atendidas. Não, ele não pode. É por isso que nós estamos brigando. Nós queremos que ele possa. Que ele possa plantar, vender, comercializar, como qualquer ser humano¹⁰.

2. SOBRE MENTIRAS, FALSIDADES E PRECONCEITOS

Em resposta às críticas que lhes são endereçadas, grandes proprietários de terra, empresários agroindustriais e seus representantes costumam acionar uma série de argumentos justificadores de suas práticas. Recorrem à ideia de falso ou verdadeiro, do equívoco, afirmam que são preconceituosas, alegam que há alguém querendo prejudicá-los.

6 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-pres-tam.html>

7 O STF arquivou o processo contra Heinze e Alceu Moreira (PMDB/RS) <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/stf-arquiva-inquerito-por-ofensas-gays-indios-e-quilombolas-no-rs.html>

8 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-pres-tam.html>

9 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/mantenho-o-que-eu-disse-diz-deputado-luis-carlos-heinze-sobre-ques-tao-da-terra-no-estado-4417626.html>

10 <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2017/08/22/manter-a-floresta-em-pe-e-custo-diz-chefe-da-bancada-ruralista.htm?cmpid=copiaecola>

A alegação do falso e do verdadeiro é uma marca patronal quase sempre presente no debate sobre a questão agrária no Brasil – a falsa e a verdadeira reforma agrária; o falso e o verdadeiro camponês, o falso e verdadeiro sem terra. Hoje ela se renova em meio às tensões e embates com povos indígenas e comunidades quilombolas.

São falsos quilombos! Estão pregando o ódio racial. Escrituras centenárias estão sendo invadidas, diz Gerson Camata (PMDB-ES).

Não há problema em defender os direitos quilombolas, mas temos de defender os *verdadeiros* (pois) o decreto abre essa brecha de qualquer um se declarar como descendente de escravo”, afirma Nilson Leitão (PSDB- MT)¹¹.

A pessoa que não é do campo não entende que todo produtor rural que é tirado da terra para dar aos índios não recebe nada. Ele é expropriado. Isso significa que o governo tira você da casa e não lhe paga nada por isso. Para se evitar isso é que o Congresso está tentando mudar essa legislação (PEC-215) – que passe pelo Congresso para dar a palavra final¹².

Os remanescentes de quilombos frequentemente são caracterizados pelos grandes proprietários de terra e empresários agroindústrias como inocentes úteis, reféns de pessoas e grupos com interesses escusos que, incentivados pela Fundação Palmares, jogam os negros contra os “legítimos” produtores rurais. “Os próprios negros recusam essa classificação. A Constituinte e o direito de propriedade foram rasgados com essa esdrúxula interpretação”,¹³ argumentam os porta-vozes patronais e seus aliados.¹⁴ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) são considerados “inimigos da classe” quando reconhecem os remanescentes de quilombos ao elaborarem o Relatório Socioantropológico necessário aos processos de regularização de comunidades remanescentes de quilombo.

Valdir Colatto (PMDB-SC), um dos parlamentares ruralistas mais atuantes contra os direitos dos remanescentes de quilombos, para confundir os recentemente declarou na mídia que os povos indígenas de Santa Catarina estariam apoiando a PEC 215/2000, que transfere para o Congresso as decisões sobre demarcação de territórios. Os Kaijang, Xokleng e os Guarani repudiaram, em carta aberta, a declaração de Colatto¹⁵. Para o representante da Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA), “é um equívoco da sociedade imaginar que o produtor rural é um destruidor do meio ambiente. Isso é uma imagem distorcida criada pela mídia” (Bruno; Sevá; Carneiro, 2008).

Outro argumento presente no discurso patronal rural consiste em classificar como mentirosas as denúncias sobre práticas inadequadas do patronato rural e agroindustrial, em especial quando relacionadas à questão agrária, ao meio ambiente e à prática da violência. Diz Leitão: “Não é verdade a existência de invasões em reservas ambientais destinadas a conservação. Isso eu vou taxar como mentira. Reserva é reserva”¹⁶.

11 Nilson Leitão (PSDB/MT), da FPA, “é autor do Projeto de Lei que gerou forte reação ao propor estabelecer o pagamento com comida e residência, ao invés de salário, aos trabalhadores rurais. Ele também é autor do relatório da CPI da Funai e do Incra, que pediu o indiciamento de indígenas, antropólogos e procuradores, acusados pelo relator de fraudar processos de demarcação”. <http://reporterbrasil.org.br/2017/08/quilombolas-a-luta-pelo-direito-de-existir/>

12 <http://sfagro.uol.com.br/nao-entendo-briga-pela-terra-diz-o-ministro-blairo-maggi/>

13 “A Carta garante que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. De acordo com o Artigo 216, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Constituição da República Federativa do Brasil.

14 <https://ipco.org.br/ipco/outro-falso-quilombo-surgido-ha-50-anos/#.WbfJG7KGPIU>. .

15 <http://www.iela.ufsc.br/povos-originaarios/noticia/indigenas-de-sc-repudiam-deputado-colatto>

16 <http://reporterbrasil.org.br/2017/08/quilombolas-a-luta-pelo-direito-de-existir/>

Também é por ele considerada “mentira que a pecuária ameace a floresta amazônica. Isso é coisa de ONGs que não trabalham com a verdade, nem com a questão agrária, nem com a questão indígena”¹⁷. Além disso, na lógica deles, haverá sempre alguém querendo prejudicá-los, sejam ONGs ligadas ao meio ambiente, partidos políticos de esquerda ou órgão governamentais responsáveis pela implementação de determinadas políticas, como é o caso da Funai e do Inca.

Quando não é considerada como mentira e falsidade, a culpa recai sob mediadores, aliados ou defensores dos povos e comunidades. A Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) culpabiliza a Igreja Católica pela existência de uma questão indígena no estado, além de chamar a atenção para uma ritualística de crueldade e de busca dinheiro por parte das igrejas na relação com os índios. Diz o presidente da associação:

(...) O maior incentivador desse problema dos índios aqui é a Igreja Católica. Ela é forte para influir. Ela adora índio suicidado, índio morto, o índio para a igreja católica vale milhões de reais, infelizmente. Filma, documenta, leva pra Europa e faz um carnaval dos pobres coitados dos índios, e os alemães enchem a igreja de Todos não, mas principalmente o alemão morre de dó dos índios e manda um mundo de dinheiro que é uma das principais fontes de renda da Igreja Católica hoje. Eu não sei porque, mas o alemão não pode ver um índio pendurado numa cordinha que ele manda o dinheiro”. (Bruno *et al*, 2008, p. 253)

E, por último, a fala sobre o preconceito contra quem está produzindo alimentos. Grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais costumam alegar que os termos do debate sobre a constituição de uma nova consciência ecológica são preconceituosos e buscam desqualificá-los. O embate entre a prioridade na produção de alimentos, defendido pelas elites rurais e agroindustriais, e o imperativo da preservação do meio ambiente, bandeira de povos e comunidades tradicionais e outros setores, manifestam-se de diferentes modos, constituindo-se em um dos principais núcleos de tensão e de conflitos existentes. Diz Maggi:

É um grande preconceito contra a produção de alimentos, nos responsabilizar pelo desmatamento (...). A consciência ecológica não é uma nova visão, é um preconceito. É injustificável porque as mesmas pessoas que criticam essa atividade agrícola se alimentam dela. Éramos os novos bandeirantes e hoje somos os bandidos da humanidade. Não dá para entender e eu jamais vou aceitar!¹⁸

Ainda em resposta às críticas que lhes são endereçadas, eles ora argumentam que tais práticas são “coisas do passado”, ora se defendem ao afirmar que a responsabilidade por tudo o que acontece recai sobre seus ombros.

O produtor tem que bancar tudo, manter a floresta viva, sem incendiar, sem nenhum risco. Se lá tem uma nascente, um córrego, é o proprietário que protege, dono do terreno. Quem protege nascente, córrego e 80% de mata é o proprietário, não é Estado, não é dinheiro internacional – eles só exigem. Quem preserva o meio ambiente é o produtor. E ele é vizinho de uma aldeia indígena

¹⁷<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2017/08/22/manter-a-floresta-em-pe-e-custo-diz-chefe-da-bancada-ruralista.htm?cmpid=copiaecola>

¹⁸“Maggi na berlinda. Desmatamento em Mato Grosso não para de crescer e o governador enfrenta críticas dos ambientalistas”. Carta Capital, 4 de junho de 2008. Ano XIV, número 498, p. 24-25. Ele também se posicionou contra a restrição do crédito, a quem desmata e declarou que iria “contestar judicialmente, se necessário for, a resolução do Conselho Monetário que proíbe financiamentos a produtores acusados de devastar o meio ambiente.

na. E quando há uma emergência com o índio, quem socorre o índio? Quem tem o veículo?¹⁹

Passado presente e futuro frequentemente se entrecruzam para apagar o que eles gostariam que fosse esquecido. É o caso de quando anunciam que “a invasão de reservas florestais é assunto do passado, já acabou há muito tempo”²⁰. Mas quando consideram importante resgatar o passado, alegam que a terra lhes pertence desde tempos imemoriais. Roberto Rodrigues também costuma recorrer ao passado para mostrar que estão qualificados para defender a agricultura sustentável e relembra: “Duarte Coelho, donatário das Capitânicas Hereditárias da região hoje representada por Pernambuco, era defensor da preservação florestal” (Rodrigues, 2015, p. 17).

Como parte desse processo, os representantes patronais defendem explicitamente a redução do desmatamento, assinam pactos contra o trabalho escravo, criam o “Instituto do Algodão Amigo” e inauguram o “Programa Soja Responsável”. Entretanto continuam desmatando e recorrendo à mão de obra escrava apesar da preocupação em garantir uma imagem “correta” que assegure seus produtos no mercado internacional e da necessidade de equilíbrio entre resultados econômicos e postura responsável.

E todos se reconhecem com uma mesma voz em defesa da propriedade da terra como direito absoluto – uma das principais bandeiras da construção do poder político dos grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais, princípio inquestionável norteador de práticas. Este argumento hoje se volta prioritariamente para o embate em torno do direito ao território dos povos indígenas e populações tradicionais.

“Os produtores desejam a paz, não entendo a briga pela terra”, diz Maggi²¹, defensor da PEC 71 de 2011, que prevê a indenização em dinheiro, pelo Estado, aos produtores que forem desalojados para a demarcação de terras indígenas. Eles chamam os índios de irmãos e ao mesmo tempo declaram que “não dá para olhar só sob o aspecto do índio, nem é justo acomodar índio e desacomodar uma família”²².

Não entendo a briga pela terra. O Brasil tem um território gigante. Apenas 8% são usados pela agricultura e 19% para a pecuária. São 13% do território brasileiro que já são dos nossos irmãos índios, maior do que a área para a agricultura (...). A sociedade brasileira terá de indenizar [o produtor] pela terra e pelas benfeitorias.²³

É preciso levar em conta também o lado dos agricultores que estão nas terras há centenas de anos.²⁴

Nesse contexto, o tema da segurança jurídica²⁵ assume um lugar estratégico. Ela é considerada condição *sine qua non* e principal reivindicação de defesa da propriedade e investimento nos negócios. É a bandeira empunhada pelas elites patronais rurais e agroindustriais nos debates sobre a demarcação de terras indígenas, reconhecimento de territórios quilombolas,

19 “Maggi na berlinda. Desmatamento em Mato Grosso não para de crescer e o governador enfrenta críticas dos ambientalistas”. Carta Capital, 4 de junho de 2008. Ano XIV, número 498, p. 24-25.

20 <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2017/08/22/manter-a-floresta-em-pe-e-custo-diz-chefe-da-bancada-ruralista.htm?cmpid=copiaecola>

21 <http://sfagro.uol.com.br/nao-entendo-briga-pela-terra-diz-o-ministro-blairo-maggi/>

22 economia.estadao.com.br/noticias/geral,e-preciso-tirar-vies-ideologico-da-discussao,10000052182.

23 <http://sfagro.uol.com.br/nao-entendo-briga-pela-terra-diz-o-ministro-blairo-maggi/>

24 <http://www.blairomaggi.com.br/noticia/blairo-questiona-funai-sobre-novas-demarcacoes-de-terras-indigenas>

25 Sobre o assunto ver Pereira, 2017.

desapropriações para a reforma agrária, ampliação das áreas de reserva ambiental, vendas de propriedades rurais para estrangeiros e trabalho análogo à escravidão, dentre outros.

O tema da segurança jurídica despontou com mais força em 2010 e foi um dos capítulos de maior destaque em dois documentos entregues aos candidatos à presidência da República. Enquanto o documento elaborado pela CNA reivindicava a necessidade de mudanças na legislação sobre demarcação de terras, reduzindo o papel do Executivo, representado pela Funai, e enfatizava o aumento dos conflitos no campo, alertava para a defesa do direito de propriedade e pedia mais segurança para investir. As propostas do documento da ABAG, cuja elaboração foi coordenada por Roberto Rodrigues (ministro da Agricultura de 2003 a 2006), sugeriam a retomada da medida provisória (MP) que impede a demarcação de terras que tenham sido invadidas, adotada no governo Fernando Henrique Cardoso para conter ocupações por sem-terra e sua aplicação nas áreas reivindicadas pelos indígenas e quilombolas. Também manifestava apoio à PEC 215/2000, que transfere para o Legislativo a competência para aprovar demarcações de terras indígenas.

Para o então presidente da ABAG, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, a questão da segurança jurídica ganhou mais espaço “após a constatação de que 34% do território encontram-se ocupados por áreas de preservação ou destinados a índios e quilombolas. Nos países que disputam o mercado com o Brasil, na área de produção agrícola, o território preservado não chega a 9%”, diz²⁶. Carvalho chamava a atenção para a necessidade de se redefinir as leis que regulam a venda de terras para estrangeiros. “Existem dificuldades enormes nessa área. Tratam a questão tomando como exemplo o caso da África em relação à China, mas são situações muito diferentes. Não se pode esquecer que, apesar dos avanços, o Brasil ainda é pobre em capital para investimento”.²⁷

A insegurança do direito à propriedade seria, segundo eles, responsável por invasões e conflitos agrários. “Insegurança do direito à propriedade. O dono da terra é um ser humano, é brasileiro. Ele comprou de boa fé, pagou, escriturou, gerou emprego, criou família e, de repente, um antropólogo decide que ali era uma área indígena”²⁸.

Além disso, seus porta-vozes pleiteiam uma “agricultura de precisão”, defendem uma produção sustentável e, para implementá-la, instituem contratos com Bayer, Unilever e Santander em apoio a programas como Produzindo Certo, promovido pela ONG Aliança da Terra.²⁹

3. QUE SE FARTEM DE GUERREIROS!

Ontem e hoje, o recurso à violência patronal rural, seja ela simbólica ou física, sempre está presente como possibilidade e como prática. E se complementam. Há um recrudescimento da violência e sua ampliação para povos indígenas e comunidades tradicionais. Há também, por parte de alguns porta-vozes e políticos, um incentivo ao uso da violência física³⁰. Alerta Alceu Moreira (PMDB-RS):

26 <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/setor-do-agronegocio-cobra-seguranca-juridica-dos-candidatos-presidencia>

27 <http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/setor-do-agronegocio-cobra-seguranca-juridica-dos-candidatos-presidencia>

28 <http://reporterbrasil.org.br/2017/08/quilombolas-a-luta-pelo-direito-de-existir/>

29 Setor bate a marca recorde de US\$ 50 bi. Valor Setorial. Agronegócio. Valor Econômico. Julho de 2017. p. 68. www.valor.com.br

30 É preciso correr sangue para mostrarmos a nossa bravura, já anunciava os fundadores dos grupos de defesa da propriedade durante a Nova República face às ocupações de terra pelos sem terra. “Se o problema é imolar vidas que comecemos logo!”, declarava por sua vez o então presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Alagoas ao Jornal do Brasil (07/01/1986).

Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses povos indígenas kaingang dar um passo nas suas propriedades. Usem todo o tipo de rede. Liguem um para o outro imediatamente e expulsem do jeito que for necessário. A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça³¹.

Na opinião de Nilson Leitão (PSDB-MT), não são eles e sim as ONGs que querem a guerra, o caos e a insegurança. Diz o deputado:

Quem está cuidando do índio não são as ONGs que receberam 1 bilhão de dólares de estrangeiro para cuidar da saúde do índio. Quem cuida do índio é quem mora no município é o produtor que é vizinho dele, é o prefeito, a saúde pública municipal, estadual.³²

Luiz Carlos Heinze (PP-RS), na mesma audiência pública realizada em 2013 para discutir a demarcação de terras indígenas, sugere a ação armada dos grandes proprietários de terra contra os povos indígenas. E diz:

O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará, porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades. Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Já resolvemos os sem-terra em 2000 e vamos resolver os índios agora³³.

Posteriormente, ao ser inquirido pelo jornal Zero Hora, muda o tom, declarando-se contra a violência, critica a inoperância do Estado e nega a função social da terra ao compará-la a um bem privado, mas os supostos permanecem.

Falei e mantenho o que eu disse. Não, eu não quero violência. Mas tu tens uma casa, que ralou para comprar, agora alguém vai invadir a tua casa e te colocar na rua. O que tu vais fazer? Tu vais pedir proteção do Estado. Só que hoje ninguém dá amparo³⁴.

Para justificar-se, ele exemplifica precisamente o desespero de um pequeno produtor e defende o uso de empresas de segurança armada.

Eu ouvi, em Getúlio Vargas, a história de um agricultor que se suicidou por não saber o que fazer, por desespero. Isso não dói na gente? Imagina o drama dessas famílias. São pequenos produtores. Alguém tem de proteger. Não digo milícia. Eles contratam empresa de segurança. Hoje, se tu fizeres um grande even-

31 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-pres-tam.html>

32 <http://reporterbrasil.org.br/2017/08/quilombolas-a-luta-pelo-direito-de-existir/>

33 <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/em-video-deputado-diz-que-indios-gays-e-quilombos-nao-pres-tam.html>

34 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/mantenho-o-que-eu-disse-diz-deputado-luis-carlos-heinze-sobre-ques-tao-da-terra-no-estado-4417626.html>

to, tu não contratas segurança privada? Contrata. São seguranças, pronto. E fazem o que têm de fazer³⁵.

Ele continua afirmando a violência do Exército contra gente pobre, afirmando que os laudos antropológicos são fraudulentos e alertando o governo para que compre terra para “botar quem quiser lá”.

O exército brasileiro está no Maranhão com 500 homens, tanques de guerra, com helicóptero, uma verdadeira operação contra gente pobre, miserável, humilde. Eu fico engasgado com isso. Tu achas que está certo? A alternativa é a seguinte: governo sério, governo decente, compra terra e bota quem ele quer em cima. Não vai tirar as terras da forma como estão fazendo, em cima de laudos antropológicos fraudulentos. O governo que compre terra e bote quem quiser lá, quilombola, indígena, não tem problema³⁶.

Já os representantes dos empresários agroindustriais costumam posicionar-se publicamente contra violência física, apesar de, em algumas situações, virem a público defendê-la. Além disso, em um olhar mais atento da fala dos representantes, a linguagem da violência transparece “Nós jogamos uma pá de cal nos sem-terra”, declara um representante da ABAG por nós entrevistado³⁷. “Não somos adeptos da violência, mas também não aceitamos ser agredidos”, declara, por sua vez, o presidente da Associação dos Produtores Rurais de Mato Grosso (APR-MT).

4. O DITO E O NÃO DITO DO DISCURSO HEGEMÔNICO DO AGRONEGÓCIO

A atividade econômica produtiva necessita de uma linguagem de reconhecimento para se legitimar socialmente (Gramsci, 1972; Bourdieu, 2004). Dessa perspectiva, a linguagem hegemônica de produtores rurais, grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais confunde-se com o discurso político produtivista do agronegócio. Uma retórica que desponta isenta de tensões, de impasses e de contradições e cuja força ideológica dificulta a percepção de outra retórica, ela também constitutiva do agronegócio, elitista e excludente, que procura desqualificar os povos e comunidades tradicionais e deslegitimar quem os apoia.

Orientado pela competitividade e pelo lucro, uma primeira característica dos argumentos³⁸ é a ênfase nos impactos positivos do setor que “irradia seus efeitos pela economia e sustenta os bons resultados na balança comercial”. Há uma constante reafirmação da força do campo contra a crise e da amenização dos efeitos perversos da recessão sobre a economia. O Agro, segundo seus porta-vozes, contribuiu para “derrubar” a inflação e conter a perda de renda dos consumidores além de reativar os negócios no interior do país. As dificuldades, quando existentes, incidiriam tão somente nos setores menos estruturados.

35 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/mantenho-o-que-eu-disse-diz-deputado-luis-carlos-heinze-sobre-questao-da-terra-no-estado-4417626.html>

36 <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/mantenho-o-que-eu-disse-diz-deputado-luis-carlos-heinze-sobre-questao-da-terra-no-estado-4417626.html>

37 É dele também a seguinte avaliação: “De repente você pelo menos leva para o necrotério determinadas teses. As teses campesinas; as teses de reforma agrária; as teses do MST. São teses que... morreu! Não enterraram, estão enterrando; está sendo feito o velório” (BRUNO, SEVÁ e CARNEIRO, 2008).

38 Nossa referencia de leitura são os artigos publicados pela Revista Valor- Setorial Agronegócio. São Paulo, julho de 2017, 114 p. www.valor.com.br

A cada momento relembram que somente eles, grandes produtores e proprietários rurais estariam legitimados para falar em nome da agricultura e do “Agro”, seja porque a produção de alimentos faz o país crescer e gerar riqueza, seja porque se dizem responsáveis pela “fartura da mesa do brasileiro”. Ou ainda porque exercem uma “agricultura de precisão”, dentre tantos outros benefícios.

Há um fascínio pela tecnologia dos drones, das irrigações “precisas”, dos tratores conectados a softwares e scanners que registram o valor nutricional das pastagens, satélites, inteligência artificial, transformação digital do agronegócio.

Propriedade da terra e produção de alimentos se confundem no “amor pela terra e o dom de produzir alimento”. Vemos também a defesa das “grandes tradições no campo” para quem as “tradições que realmente contam” são os tratores, o maquinário, a tecnologia, que permitem a terra “brotar produtividade”.

Junto com a nova linguagem do agronegócio vemos diversificação, expansão e fortalecimento de assessorias técnicas organicamente ligadas a empresas nacionais e internacionais e suas entidades de representação. Dentre elas, destacam-se o setor de agronegócio do Itaú BBA, o Departamento de Pesquisa e Estudos Econômicos do Bradesco –DEPEC, a Agroconsult e a Consultora Macrologística.

Sobre o meio ambiente, prometem converter pastagens degradadas em terras agricultáveis e garantem a exclusão das áreas de conservação ambiental e das reservas indígenas e quilombolas³⁹, uma promessa nem sempre observada.

Os trabalhadores ora são vistos como mão de obra submetida a regras de contratação e demissão para ajustar a produção, ora como pequenos produtores, sempre suscetíveis a riscos.

Com base nesses aspectos que seus porta-vozes consideram o agronegócio protagonista de uma mudança estrutural, portanto justificador de qualquer prática. Fechando tudo, o apelo à união de todos em defesa do crédito em suas mais variadas formas, a redução dos juros, o seguro rural, a logística, a busca pela inovação, o alcance de metas ambiciosas, governança, eficiência, rentabilidade, conectividade, maior integração, garantidores de “bons ventos” e de “bons resultados” para ter acesso ao “nirvana da tranquilidade” — união de peso para gerar riqueza (48).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem que estrutura, dá unidade e define os propósitos dos grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais no país na relação com seus adversários encontra-se enraizada em *habitus* sociais calcados na experiência, na posição e na condição de classe (Bourdieu, 1982) e se rege predominantemente pelo princípio da conformidade que visa encorajar escolhas modestas (Bourdieu, 2011) e o princípio da exclusão (Elias; Scotson, 2000).

Similar a uma trama, tudo se vincula e tudo se equivale: mercado, território, mão de obra, lucro, renda, poder, dominação, representação, violência, etc. São palavras revestidas por normas, valores que amiúde dizem sem dizer, que acionam a união de todos para negar o outro em proveito de si e, frequentemente, escamoteiam acontecimentos ou nos persuadem a olhar tão somente para a dimensão econômica, a participação do agronegócio no PIB nacional, a garantia de geração de empregos e a produção de alimentos para o mundo.

39 http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-exportacao-de-soja-pelo-norte-deve-crescer#sthash.BIYyOGog.dpuf

Algumas palavras dissociaram-se do tempo e do lugar no qual foram gestadas. Entretanto, porque mantiveram a mesma significação, atualizaram-se para legitimar e fundamentar as ações e processos socialmente presentes e recorrentes. É o caso da defesa da propriedade como direito absoluto, acima das regras sociais hoje voltadas para a questão do território; o argumento de que povos e comunidades tradicionais são inocentes úteis à desqualificação do outro como ser humano de menor valor; a ideologia do agronegócio como alternativa única.

No discurso hegemônico do agronegócio, o padrão de desenvolvimento e a instituição de um capital simbólico de reconhecimento e de legitimidade se confundem.

Como vimos, diante das reivindicações e das mobilizações dos povos indígenas e comunidades tradicionais, grandes proprietários de terra, produtores rurais e empresários agroindustriais partilham entre si não somente a defesa do monopólio da terra e da concentração fundiária, partilham também a ideia da tradição como sinônimo de atraso, quando reivindicada pelos povos e comunidades tradicionais; o suposto da incapacidade de esses grupos apreenderem um padrão tecnológico considerado sofisticado e moderno; um olhar elitista orientado pela visão de superioridade de uns – concepção que está no princípio da experiência burguesa (Bourdieu, 2004) –, o olhar para o adversário como alguém humanamente inferior e de menor valor. E todos se encontram afinados com a ideia do agronegócio como única alternativa histórica possível. Ou seja, compartilham uma mesma concepção de mundo a partir da qual é elaborada uma visão de pessoa, de sociedade e de processo social e histórico.

Portanto, as contradições, quando existentes, não se radicalizam e as diferenças e divergências se apagam e se diluem diante das ações e medidas voltadas para os povos indígenas e as comunidades tradicionais. No Congresso Nacional, seus porta-vozes deixam de lado as inimizades e as disputas pela representação política para votar em peso nesse “cipoal” de Leis, decretos, Projetos de Lei (PEC), em Medidas Provisórias (MP), em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), como diria Jose Gomes da Silva, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

Grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais são heterogêneos e diversificados. Eles “emergem e se consolidam pela competição e pela disputa por diversas espécies de poder ou de capital” (Vacquant, 2013, p. 89). Entretanto, suas contradições e discordâncias não se radicalizam porque a união de todos é condição do exercício da dominação, do poder e da reprodução de classe. Interessa-lhes passar imagem do agronegócio homogêneo, sem tensões ou divergências, em que todos se reconhecem e são reconhecidos por seus pares como iguais.

Ou seja, um discurso historicamente construído, que expressa uma “concepção de mundo” (Gramsci, 1972) na qual não há lugar para povos e comunidades tradicionais ou, quando há, apenas na condição de excluídos e subalternos. “A hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida e para que se forme certo equilíbrio de compromisso”, diz Gramsci (1988, p. 33).

Dessa perspectiva, as relações entre grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais e os povos e comunidades tradicionais assemelham-se muito mais a relações de dominação simbólica do que à construção da hegemonia e consenso.

Nossa reflexão está longe de esgotar a questão e algumas indagações permanecem. Podemos nos perguntar quais as razões da recorrência e da prevalência de uma mesma visão de mundo (*habitus* e convicções) partilhada por grandes proprietários de terra e empresários agroindustriais no Brasil quando referidas à propriedade da terra, à questão do território e aos direitos do outro. Como pensar uma proximidade cada vez maior entre o discurso oficial do Estado e a fala dos porta-vozes patronais rurais e agroindustriais sobre os povos indígenas e comunidades tradicionais?

Porém, lado a lado da capacidade performativa da dominação simbólica e suas implicações nas lutas sociais (Bourdieu, 2013) há uma resistência cotidiana dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de seus aliados e de outros grupos sociais constituídos que se expressa de diferentes modos, instituindo novas identidades coletivas (Almeida, 2004) ancoradas na reinterpretação da identidade tradicional e a atualidade de antigas palavras como ecocídio, que reflete as tensões e conflitos decorrentes. Há um contra-discurso crítico (Chauí, 1982) em construção, alimentador de resistências e presente nas reivindicações e nas mobilizações dos povos e comunidades tradicionais.

Um dos aspectos mais importantes do contra-discurso crítico é o embate em torno da questão da competência⁴⁰ – cerne da construção do discurso do poder. Ou seja, quem tem a competência para falar sobre o destino do país e em nome de seus habitantes? “Quem desmata e quem interfere de forma negativa na natureza e acaba com os peixes e a pesca, não tem competência para decidir na vida dos ribeirinhos e dos pantaneiros”⁴¹, anunciam seus representantes diante da proibição da pesca no Pantanal, decretada pelo então governador Blairo Maggi.

Recebido em: 08/05/2017

Aprovado em: 10/10/2017

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais*. R. B Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, maio, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Poder Simbólico*. Lisboa-Difel/Bertrand Brasil, 1982

_____. Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos*. CEBRAP 96, São Paulo, julho, 2013, pp 105-115.

_____. *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus Ed. 2011.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense Ed. 2004

_____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil Ed, 2001.

BÜHLER, Eve Anne e OLIVEIRA, Valter Lucio de. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. Uberlândia-MG. *XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Universidade Federal de Uberlândia, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/14393760/agricultura_empresarial_novidades_e_desafios_para_a_pesquisa_sobre_o_rural>.

BRUNO, Regina. *Bancada Ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro MDA/IICA/GPAC, 25 pp, 2016 (no prelo).

_____. *Agronegócio. O despontar de um novo Príncipe?*. Relatório final de pesquisa. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. ASDI de Promoção de Pesquisa Social. 2007, 73 pp.

BRUNO, Regina; SEVÁ, Janaina Tude; CARNEIRO, Olavo Brandão. *Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em Paula o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro. REDES-IICA/MDA. 2008, 280 pp.

40 Durante os debates na Constituinte de 1988 sobre a proposta de reforma agrária os parlamentares identificados com a União Democrática Ruralista (UDR) embriões do que posteriormente viria a se constituir como Bancada Ruralista na legislatura seguinte (Bruno, 2016) alegavam que somente os grandes proprietários e produtores rurais e agroindustriais possuíam a competência para tornar a terra produtiva.

41 http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=30377¬icia=especialistas_e_populacao_sao_contra_projeto_de_blairo_maggi_que_proibe_a_pesca_no_pantanal

- CARNEIRO, Olavo Brandão. 2008. *Tratoração – o alerta do campo: um estudo sobre as ações coletivas e patronato rural no Brasil*. Dissertação de mestrado Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna Ed, 1982.
- DREYFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes Ed, 1981.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.
- FERREIRA, Andrey C. *Tutela e resistência indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2013.
- GRAMSCI, Antonio *Introducción a la filosofía de la praxis*. Barcelona: Península Ed, 1972.
- _____. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Ed, 1988,
- HEREDIA, Beatriz, PALMEIRA, Moacir, LEITE, Sergio. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, outubro, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n74/a10v2574.pdf>
- MACHIAVEL, N. *Le Prince et autres textes*. Paris: Gallimard Ed, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso. Ensaio da Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec Ed, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- _____. *Résumés de Cours: Collège de France (1952-1960)*. Paris: Gallimard Ed. 1968.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. *Revista História e Perspectivas*, 32/33, 2005 p 91-132. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19022>
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica a Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PEREIRA, Carolina de Freitas. *Agroestratégias e desterritorialização: as ações da Bancada Ruralista contra o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas e quilombolas*. Texto apresentado para o Exame de Qualificação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- RODRIGUES, Roberto. Desafios da agricultura sustentável. Prochnow, Mirian (org.) *Cadernos do Diálogo. Diálogo entre setores, integrando espaços e paisagens da produção rural e conservação*. Atalanta, SC: APREMAVI, v. 6, 2015, pp 14-17.
- ROMANO, Roberto. O pensamento conservador. *Revista de Sociologia Política, Campinas*, São Paulo, n. 3, 1994, 12 pp.
- SEVÁ, Janaina Tude. *A mão que afaga é a mesma que apedreja: preservando a natureza que é possível! Propriedade da terra, classes dominantes e representação política no Brasil contemporâneo – a reforma do Código Florestal Brasileiro de 1965*. Tese de doutorado defendida junto ao CPDA/ICHS/UFRRJ. 2016. Disponível em <http://r1.ufrj.br/cpda/dissertacoes-e-teses-doutorado-2016/>
- VAQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos. Como Bourdieu reforma a questão das classes. *Novos Estudos CEBRAP* 89, São Paulo, julho, 2013, p. 87-103.